



## O SISTEMA BRAILLE E A FORMAÇÃO DOCENTE

José Paulo Santos Nunes<sup>1</sup>  
Kátia Regina Lopes Costa<sup>2</sup>

### GT 6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

#### RESUMO

Este artigo tem como o objetivo principal analisar a importância do Braille para a inclusão de pessoas com deficiência visual significativa, a cegueira. Não tendo a pretensão de fechar conclusões sobre a formação do professor e seu processo formativo com relação a preparação para incluir a todos que estão em sala de aula, inclusive os deficientes visuais, mas de refletir sobre a importância deste conhecimento para o professor da sala regular. Desta forma, podem exercer sua cidadania vivendo em sociedade, podendo estar no mercado de trabalho e conquistar o direito de estar em uma universidade, aprendendo e se qualificando. Este estudo foi realizado porque observa-se que na atualidade os docentes no seu processo de formação não estão tendo conhecimento deste importante instrumento para alfabetização dos deficientes visuais.

**Palavras-chave:** Educação dos cegos. Formação de professores.. Inclusão.

#### ABSTRACT

This article has as its main objective to analyze the importance of Braille for the inclusion of people with significant visual impairment, blindness. Not having the pretension to draw conclusions about the formation of the teacher and his formative process with regard to the preparation to include all who are in the classroom, including the visually impaired, but to reflect on the importance of this knowledge to the regular classroom teacher. In this way, they can exercise their citizenship by living in society, being able to be in the job market and gain the right to be in a university, learning and qualifying. This study was carried out because it is observed that at present teachers in their training process are not aware of this important instrument for literacy of the visually impaired. This study is very important for the academy because it comes in addition to several other studies that seek to contribute to the inclusion of people with visual impairments in regular education.

**Key-words:** Teacher training. Education of the blind. Inclusion

<sup>1</sup> Pedagogo pela Faculdade Maurício de Nassau. E-mail: <pauloadevise84@gmail.com>.

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Pedagoga e Psicopedagoga. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Maurício de Nassau, Pedagoga do Centro de Atendimento Educacional Especializado João Cardoso do Nascimento Júnior. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educativas e Práticas Escolares (UFS/CNPq). E-mail: <profkat.rlc@gmail.com>.



## INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em recorte de trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade Maurício de Nassau, sob orientação da profa. Dra. Kátia Regina Lopes Costa. Foi realizado porque observa-se que na atualidade os docentes no seu processo de formação não estão tendo conhecimento de um importante instrumento para alfabetização dos deficientes visuais que é o Sistema Braille. Defendo a importância dos professores conhecerem esse sistema para poderem inserir os alunos cegos no processo de ensino e aprendizagem, com isso, promover o acesso dos mesmos ao saber.

Essa pesquisa foi feita com base nas experiências de professores e alunos que tem esse tipo de deficiência porque ambos precisam conhecer e aprender o Sistema Braille para que possam ter um bom relacionamento em sala de aula e interajam um com o outro. Quando isso ocorre, o docente consegue transmitir o assunto da disciplina para o deficiente visual e ele consegue aprender e ter autonomia com relação ao saber ler e escrever. Com isso, eles podem viver com maior independência, podendo ir e vir dos lugares, seja indo para a escola, ou indo a casa de um colega ou ir passear, pois saberão se localizar através do Sistema Braille.

Assim, esta pesquisa será realizada na Escola Estadual Poeta Garcia Rosa, com o intuito de saber se os professores estão se utilizando do Sistema Braille para poder suprir as necessidades educacionais do deficiente visual, fazendo com que eles venham a ser inseridos na cultura letrada e alfabetizada.

Esse estudo é muito importante para a academia, porque ele vem se somar com várias outras pesquisas que buscam contribuir com a inclusão das pessoas em situação de deficiência visual no ensino regular. Também é relevante para o curso de Pedagogia, pois é através da aquisição desse conhecimento que na nossa formação iremos colocar o deficiente visual no processo de ensino, tornando um cidadão consciente dos seus direitos e deveres.

A necessidade de professores com relação ao ensino do Braille é grande, isso acontece porque no seu processo de formação esse conhecimento não compõe a grade curricular. Segundo Prado (2011), é no processo de formação que os professores têm que ser levados a ter esse conhecimento.

Na atualidade a educação é inclusiva e por isso os professores devem aprender o Sistema Braille porque ele é um instrumento de suma importância na alfabetização de pessoas cegas para que elas sejam inseridas no mercado de trabalho e alcancem as universidades e



várias outras atividades diárias conquistando assim a sua autonomia.

Sabe-se que a inclusão depende além de uma reforma do pensamento e a escola, também de uma formação iniciada e continuada dos profissionais da saúde, educação entre outros a qual possa contribuir para a construção de uma cultura em que, de medo particular, o educador sem no entanto quer colocá-lo como salvador da pátria conceba e sinta-se capaz de ministrar uma educação plural, democrática e transgressora, como são ou seriam as escolas para todos. Utópico? talvez .mas a partir do que vivenciamos na prática, ainda é algo possível. (SOUZA, 2012, p.13).

Será que um dia teremos o ensino do Sistema Braille nos cursos de formação de professores? A falta dessa capacitação tem feito com que os deficientes visuais não sejam inseridos à contento no processo de ensino e aprendizagem, dependendo exclusivamente das Salas de Recursos Multifuncionais que tenham professor com formação em Braille.

Esse estudo tem como objetivo geral analisar a atuação e formação dos professores junto a alunos cegos em dada escola pública de Aracaju-Se. Os específicos: identificar a utilização do método Braille junto à estes alunos; verificar os desafios enfrentados pelos professores com relação à sua atuação e pesquisa sobre a atual situação dos alunos cegos no estado de Sergipe com relação à escolarização. Foram utilizados como aportes teóricos para realização desse estudo, Brasil (2006); Chagas (2011); Cunha e Silva (2011); Costa (2010); Mendes e Costa (2009), Lemos e Cerqueira (2011); Prado (2006); Santos (2007); Silva (2014); Souza et al (2012), e como suporte teórico metodológico Severino (2007).

## **A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O SISTEMA BRAILLE**

A educação das pessoas em situação de deficiência visual só começou quando em uma feira em Santo Ovídio um jovem chamado Valentin Haüy (1745-1822), logo após ter visto dez cegos em um estrado, sendo usados como fantoches por um empresário, sentiu o desejo de alfabetizá-los. Para que ele pudesse educar esses cegos, fundou em Paris o Instituto Real dos Jovens Cegos, influenciado pelas filosofias sensistas, ou seja, a educação começava pelos sentidos. Assim, adaptou o alfabeto para letras em auto relevo e foi a primeira pessoa a defender que a educação dos cegos não poderia ser diferente da dos videntes, mas esta escrita



fazia com que os cegos fossem alfabetizados lentamente porque elas eram aprendidas uma por uma, segundo publicação feita pelo site *ler para ver* em (2015):

Esse problema só foi solucionado quando o Sistema Braille foi criado por Luiz Braille, um jovem que nasceu em 4 de janeiro 1809 em Coupvray uma aldeia a leste de Paris. Um certo dia, quando tinha 3 anos de idade, estava brincando com um objeto pontiagudo na oficina do pai, quando de repente esse instrumento feriu um dos olhos, deixando-o cego. Este ferimento infeccionou e mesmo o pai indo atrás dos melhores médicos não conseguiu recuperar a visão dele e a infecção passou para o outro olho, dois anos depois quando tinha 5 anos de idade, ficando totalmente cego. De acordo com Lemos e Cerqueira (2014), “O Sistema Braille, utilizado universalmente na leitura e na escrita por pessoas cegas, foi inventado na França por Louis Braille, um jovem cego, reconhecendo-se o ano 1825 como o marco dessa importante conquista para a educação e a integração dos deficientes visuais na sociedade”. (LEMOS; CERQUEIRA, 2014, p. 23).

Quando Luiz Braille tinha 10 anos de idade o seu pai ficou sabendo da existência da primeira escola voltada para educação de pessoas cegas, o Instituto Real de Jovens Cegos de Paris, assim, escreveu cartas para saber se o que ensinavam naquele lugar serviria para a alfabetização de seu filho, segundo publicação feita no site *ler para ver* (2005).

É nessa escola que ele conhece a Sonografia ou escrita noturna criada por Charles Barbier la Serre, um oficial do exército francês. Tratava-se de um código de 12 sinais que formavam pontos e linhas que serviam para fazer frases em francês que ele havia criado para a comunicação noturna entre soldados, quando eles estivessem nas guerras, mas que não teve êxito. Então levou esse código para ser utilizado pelas pessoas cegas do Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris.

Segundo Lemos e Cerqueira (2014), o Sistema Braille foi inventado por Luiz Braille quando ainda estava estudando no Instituto dos Jovens Cegos de Paris. Ele teve conhecimento da sonografia, da criação de Barbier, o significado tátil dos pontos em relevo serviu como base para invenção de Luiz Braille que serve para a leitura e escrita de pessoas cegas. Diferente do código que o inspirou, o Sistema Braille se utiliza de seis pontos em relevo separados em duas colunas possibilitando a formação de 63 pontos que é utilizado em textos literais em diversas línguas, como também na matemática, ciências e na música e atualmente na informática.

## AS INSTITUIÇÕES E A EDUCAÇÃO DOS CEGOS



As primeiras instituições para educação dos cegos foram criadas, no século VIII, a primeira foi o Instituto Real de Jovens Cegos de Paris que foi criada em 1784 por Valentin Haüy (1745-1822), como já mencionado.

A segunda instituição criada para educação de pessoas cegas foi criada aqui no Brasil, recebendo o nome de Instituto dos Meninos Cegos, posteriormente chamado de Instituto Benjamin Constant, criada por D. Pedro II em 17 de setembro de 1854 e funcionando até a atualidade, no Rio de Janeiro.

Segundo Santos (2007), depois de assistir uma aula de Braille, D. Pedro II ficou sensibilizado e baixou um decreto dando autorização para criar a primeira escola no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro e em 17 de setembro de 1854 foi inaugurada.

Ela também foi a primeira escola da América Latina fundada exclusivamente para a educação das pessoas cegas e a primeira Instituição na utilização do Braille para alfabetização desse público no continente Americano. De acordo com Chagas (2011): “O Brasil foi o 1º país da América Latina a criar uma escola para alunos cegos e nas Américas foi o país pioneiro na utilização do Sistema Braille” (CHAGAS, 2011, p. 2767)”. Ainda segundo a autora, o Sistema Braille chegou ao Brasil vindo da França por meio de José de Alvares de Azevedo, idealizador do Instituto dos Meninos Cegos.

No Brasil existiu unicamente esta escola para pessoas cegas até 1926, quando foram criadas outras instituições para educação dos deficientes visuais como afirma Santos (2007):

[..] única instituição brasileira responsável pela educação de pessoas com deficiência visual até 1926, período em que outras iniciativas semelhantes começaram a surgir.

Em 1926, surge o “Instituto São Rafael”, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1927, o “Instituto Padre Chico”, em São Paulo; e, em 30 de abril de 1933, em Salvador, Bahia; o “Instituto de Cego Bahia”. Posteriormente em 1946, foi criada a Fundação para o Livro do cego no Brasil (FLCB), como objetivo de produzir e distribuir livros em braile. A referida fundação trouxe significativas contribuições à educação dos alunos com deficiência visual, sobretudo por propiciar a essas pessoas o acesso a livros diversos, ampliando assim seu universo de leitura e perspectivas de mundo e de vida (SANTOS, 2007, p. 19).

As pessoas com deficiência visual só passaram a frequentar as salas de aulas convencionais nas escolas regulares duas décadas e meia depois, em São Paulo e no Rio de Janeiro e, depois, na Bahia. Mas mesmo assim, elas não estavam preparadas para receberem



esses estudantes o que provocou vários problemas levando os pais e professores a reivindicarem os direitos dos alunos, com isso nasceu o CAP (Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual) em 1994.

Segundo Santos (2007), em o 1950 em São Paulo e no Rio de Janeiro os primeiros deficientes visuais começaram a frequentar as salas de aulas escolas regulares, e na Bahia em 1959. Estes foram os primeiros estados brasileiros com experiências em suas escolas, mas esses alunos enfrentaram uma série de problema em sala de aula, como já mencionado.

O CAP constitui-se uma unidade de apoio pedagógico e suplementação didática sistema regular, tendo como objetivo garantir aos educandos cegos e os de visão subnormal acesso aos recursos específicos necessários ao se atendimento educacional (livro em Braille, livro falado, textos ampliados, mapas ampliados gráficos e outros, por meio da utilização da moderna tecnologia). (PAIM *apud* SANTOS, 2002. p. 23).

Esse problema ocorreu em todo território brasileiro e o Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Especial vendo isso, resolveu implantar o CAP em todos os 27 estados da federação. Com essa iniciativa, o Brasil deu um grande passo com relação à alfabetização do deficiente visual .

O CAP só foi instalado pelo MEC através da Secretaria de Educação Especial em Sergipe, em 1998, chegando aqui com a mesma proposta dos primeiros. Hoje é ofertado nessa unidade de apoio pedagógico para os deficientes visuais, diversos cursos, visando a inserção dessas pessoas na sociedade e preparando-a para o mercado de trabalho.

Segundo Cunha e Souza (2011), aqui em Sergipe temos como auxilio para a educação do deficiente visual o CAP/SE, que segundo consta na sua história teve sua inauguração realizada em 12 de novembro de 1998. Na atualidade, possui uma equipe de professores especialistas na área da deficiência visual. Ainda de acordo com as autoras, são ofertados:

técnicas do uso de sorobã; (cálculo matemático); orientação e mobilidade (técnicas de uso da bengala); leitura e escrita do Sistema Braille; aulas de música, natação e educação física adaptada, entre outras atividades feitas para esse publico ser inserido na escola, e na sociedade podendo participar dela em geral e assim poder exercer sua cidadania em sua completude. (CUNHA E SOUZA, 2011, p. 187).

Em Sergipe existe outra instituição que trabalha em prol da educação do deficiente visual, a ADEWISE (Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Sergipe),



que conforme registro histórico, teve sua fundação em 12 de junho de 1999 e atualmente, mesmo com toda dificuldade financeira, permanece de portas abertas, lutando para a educação das pessoas em situação de deficiência visual. Lá são colocados à disposição dos sócios e daqueles que se interessam, cursos para que essas pessoas conheçam melhor a deficiência visual, e veja o cotidiano do cego ou baixa visão (visão subnormal como alguns teóricos gostam de defini-la), por se tratar de uma perda da visão severa, comparada muita das vezes à cegueira.

A cegueira em ambos os olhos de forma definitiva, de acordo com o Ministério da Educação (2004):

A definição educacional para cegueira diz que são cegas as pessoas que apresenta “desde a ausência total de visão até a perda da projeção de luz”. O processo de aprendizagem se fará através dos sentidos remanescente (tato, audição, olfato, paladar), utilizando o Sistema Braille como principal meio de comunicação escrita

Como podemos ver as pessoas cegas conseguem aprenderem utilizando-se de outros sentidos mas para que isso venha acontecer é de fundamental importância a utilização do Braille porque é por intermédio dele que o cego consegue ser alfabetizado vindo a ler e escrever porque ele é um instrumento primordial para a educação dessas pessoas.

A baixa visão em ambos os olhos forma definitiva, de acordo com Ministério da Educação (2006):

A definição educacional para baixa visão diz que são baixa visão as pessoas que apresentam alterações significativa da capacidade funcional da visão decorrente de fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alteração para visão de cores e sensibilidade aos contrastes, que interferem ou limitam o desenvolvimento visual. O processo educativo do aluno com baixa desenvolverá principalmente por meios visuais, ainda que com utilização de auxílios específicos.

Mesmo com a orientação para que essas pessoas sejam educadas utilizando a visão elas podem serem alfabetizadas no Braille com isto estarão aprendendo um Sistema de suma importância para sua educação que servira para auxilia-lo no processo de ensino e aprendizagem em seu cotidiano.

## **A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**



Durante muito tempo a pessoa com deficiência ficou sem direito à educação, vivendo à margem do processo de ensino/aprendizagem. Essas pessoas só começaram a ser alfabetizadas no século XVIII, quando teve início a educação especial no nosso país com a abertura de instituições específicas para os cegos e demais deficiências.

Segundo Bueno *apud* Souza et al (1993), a Educação Especial começou nas comunidades industriais no século XVIII, em meio a várias exigências, com a inauguração da democracia republicana representativa, cujo modelo expressivo foi implantado na França pela Revolução de 1789. Uma das reivindicações naquele momento, eram as mordomias concedidas à nobreza, dentre as quais esteve o direito de ter acesso a escola.

A inclusão é uma realidade em nosso país, por isso todos os professores devem estar preparados para ensinar a todos os alunos, inclusive os deficientes visuais. De acordo com Souza (2012):

A questão da educação inclusiva é uma realidade da qual nenhum educador pode fugir, tendo em vista a política de inclusão determinada pela legislação vigente no nosso país, ao lado da reflexão sobre a prática pedagógica em empregada pelos educadores que trabalham com pessoas com deficiência que com as exigências da sociedade moderna implicam uma série de modificações do ponto de vista da convivência humana. (SOUZA, 2012, p.11).

Para que os profissionais de educação possa contemplar os alunos deficientes visuais com relação a alfabetização é necessário que os mesmos tenham sido qualificados no processo de formação.

Segundo Prado (2011), o professor no seu processo de formação não teve contato com essa prática, então como é que ele vai saber ensinar a esses alunos deficientes visuais?

Segundo Sousa (2012), a educação especial faz parte do nosso sistema educacional e é responsável por fazer um trabalho que venha contemplar esses alunos para que sintam-se capazes de adquirirem conhecimento e produzirem conhecimento.

A inclusão é um direito de todos os alunos inclusive dos deficientes visuais, de serem matriculados na escola e terem condições de permanecer e aprender, e não é assistencialismo.

Segundo Costa (2012), a inclusão é um direito de todos os alunos e não é assistencialismo, quando isto for compreendido a inclusão andar a passos largos. A autora afirma ainda que o processo histórico para se chegar à inclusão, passou pelas fases de





exclusão, Segregação e integração, tendo esta última, sido uma tentativa de incluir as pessoas com deficiência nas escolas, mas com uma abordagem médica e sem que a escola se adequasse às suas necessidades. Infelizmente, ainda observamos escolas que se dizem inclusivas, mas na verdade apenas integram seus alunos.

A Constituição Federal de 1988, trata dos Princípios Fundamentais, em seu artigo 1º, informando que a República tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, previsto no inciso III. Segundo Mendes e Costa (2009), a dignidade da pessoa humana é um princípio constitucional que consiste numa cláusula pétrea, isto é, não pode ser modificado, nem mesmo por emenda constitucional. Os autores explicam que este princípio foi consagrado internacionalmente e é sempre mencionado pela ONU em suas convenções, protocolos e tratados.

Costa (2010), afirma que:

Além disso vê-se no art. 206 inciso, ao tratar dos princípios pelos quais o ensino será ministrado “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e ainda no art. 208 inciso III, que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (COSTA, 2010, p. 12).

A autora considera que, além da vasta legislação que o Brasil possui, o avanço da ciência é um grande aliado da inclusão das pessoas com deficiência, e neste caso, incluem-se as pessoas cegas, com as tecnologias assistivas voltadas para elas. Para Souza et al (2013) são:

Dos Vox que é uma interface especializada que se comunica como o usuário em Português[...], o Jaws trabalho em ambiente Windows , nas versões 95, 98, ME, NT, XP e 2000. Após sua instalação, é verbalizada, possibilita o uso da grande maioria dos aplicativo existente para esse Sistema Operacional [...], o NVDA [...] trata-se de um software com código aberto para ambiente Windows. Disponibiliza síntese em diversos idioma, inclusive em português do Brasil [...] e o Voice Mail que é uma ferramenta para criação de e-mail via voz [...]. (SOUZA ET AL, 2013, p. 207-224).

Essas tecnologias juntamente com o Braille ajudam os deficientes visuais a ser inserido no processo de alfabetização fazendo com que eles aprendam ler e escrever mas para que isso aconteça é necessário que o professor aprenda utilizar esses instrumentos para ensinar a eles só assim elas si tornaram ferramentas para auxilia-los no processo de ensino/aprendizagem.



## AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM ARACAJU- SE

Com base nos dados da Secretaria Estadual de Sergipe, na Rede Estadual de Ensino de, em 2015 foram matriculados 2.243 alunos com deficiência no ensino regular e no AEE (Atendimento Educacional Especializado), 1.198 alunos matriculados. Em 2016 foram matriculados no ensino regular 2005 alunos com deficiência e no AEE, 1.226 alunos matriculados. Como podemos observar de 2015 para 2016 houve um aumento no número de matrículas no AEE.

O total de escolas em 2016 na rede estadual de ensino era de 216 sendo que em 184 ocorreram matrículas de pessoas em situação de deficiência como podemos constatar 32 escolas ficaram sem matricular esse público. O número de alunos matriculados com cegueira no ensino regular foi de 22 e no AEE de 15 isso pode ter acontecido por falta de salas recursos multifuncionais tipo 1 nessas escolas, fazendo com que os responsáveis por esses alunos fossem a procura do CAP/SE (Centro de Apoio Pedagógico às pessoas deficientes visuais do Estado de Sergipe) para que eles pudessem receber assistência em seus estudos com relação a sua alfabetização, principalmente no Braille e as outras especificidade que os ajudam na sua educação para que eles possam de fato participarem do universo do saber podendo ler e escrever. Esses dados foram coletados no consolidados de matrículas da Divisão de Educação Especial de Sergipe-DIEESP de 2015 e 2016, foram coletados desses dois anos porque o de 2017 não estava finalizado.

Essa falta de matrículas que ocorreu nessas escolas mostra de fato que a inclusão ainda não ocorreu em todo sistema educacional brasileiro vindo a contemplar completamente os estudantes em sua totalidade isso não deveria estar acontecendo mais no Século XXI porque na atualidade a proposta educativa implantada em nosso país é inclusiva como nos afirma Prado (2011):

O documento da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva afirma que a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (PRADO, 2011, p. 153).

Como podemos observar conforme a autora vem ressaltar a escola é um espaço onde todos devem estar juntos fazendo-se participante do processo ensino/aprendizagem sem haver atitudes discriminatórias da parte dos componentes da escola em especial do professor porque ele a principal via de acesso para que esse aluno venha ser alfabetizado.



## O ESTUDO DE CASO

A pesquisa ocorreu em dada Escola da rede estadual de Sergipe, na cidade de Aracaju. A escolha deve-se ao fato de na turma de Educação de Jovens e Adultos, ter um aluno com Baixa visão. Sendo assim, questionei a docente titular da sala de aula se ele tinha conhecimento do Sistema Braille, e se utilizava-se dele em sala de aula, ela disse que não. Perguntei também se ela conhecia o Braille, e respondeu que não. Apesar da mesma ser bastante esforçada, ao ponto de elaborar instrumentos para tentar viabilizar o acesso ao conhecimento para esse aluno, durante as aulas não conseguia obter sucesso. Minha análise é de que isso se deve a falta do saber técnico e prático, do Sistema Braille.

Dando seguimento à entrevista, a qual foi gravada com sua permissão, tem-se que a professora tem 39 anos, formada em Pedagogia licenciatura plena e desde 2013 trabalha com Educação Especial, ou seja, há quatro anos. A mesma não possui especialização na área, é pós graduada em Gestão Escolar. Afirmou não conhecer quase nada do Braille, apenas sabendo que o mesmo consiste em escrita em relevo e já observou sua presença nos medicamentos.

Continuando a entrevista foi lhe perguntada: O que pensa sobre o Braille, para a educação do cego? Ela disse que era muito importante para que o aluno cego pudesse interagir e ser alfabetizado e tinha sido uma grande evolução; Acredita se que um aluno cego consegue aprender sem o Braille? Ela respondeu:

aprender, eu acho que ele aprende, agora se alfabetizar fica mais difícil, por que o aprender, ele perpassa por várias situações, né? Tem a parte de letramento, então ele desenvolve várias habilidades, porém, vai ficar com a leitura e a escrita comprometida, creio eu né, pra ele aprender a ler e escrever sem o Braille, não sei eu acho que não seria possível não.

Questionei sobre quais são os maiores desafios enfrentados no cotidiano de sala de aula e a mesma respondeu:

Olhe é assim, eu vou falar sobre a minha da minha realidade né, felizmente aqui nessa escola, a gente tem uma situação confortável, por que a gente tem uma equipe bem coesa né, comprometida, trabalha de forma muito ética, muito justa, a gente sempre senta pra planejar, pra conversar, tem apoio da pedagoga da coordenação, então a gente tem material pedagógico, muitos jogos, é assim, o problema, desafio maior que eu sinto é em relação a nossa formação acadêmica né, na minha época e creio que hoje deve ter melhorado um pouco, mas acredito que ainda tenha essa defasagem, dentro da nossa



formação acadêmica, quanto ao trabalho dentro dessa educação especial, a gente ver muito pouco, e a prática exige muito da gente a escola hoje em dia ela está passando por desafios novos, é questão de comportamento, os jovens de hoje em dia, a falta da família a falta de valores, as famílias muito desestruturada, isso reflete diretamente na sala de aula, então eu vejo isso também como um grande desafio, mais até do que o trabalho com aluno especial, vejo de forma geral.

Ao ser questionada sobre sua opinião, do que vem a ser educação inclusiva, a mesma disse que é o que está tentando fazer na escola, mas não sabe se está no caminho certo, “eu creio que sim, porque estamos tendo bons resultados, é incluir” o aluno, é muito difícil, incluir a pessoa com deficiência”.

Percebe-se a angústia da professora com relação à sua prática profissional com os alunos com deficiência. A falta de especialização na área traz essa angústia e insegurança, apesar dos seus esforços em tentar encontrar o caminho certo. Como a professora diz, incluir não é nada fácil, é um grande desafio e este fica ainda pior quando toda a responsabilidade recai sobre o professor. Sem capacitação, sem recursos, sem apoio, se vê como único responsável por um processo que na verdade é de toda a sociedade, da efetivação das políticas públicas. Neste caso específico, a mesma ainda recebe o apoio da gestão, possui material na escola, mas esta não é a realidade da maioria das escolas. Segundo a entrevistada, sua maior dificuldade está na formação acadêmica, que não a preparou para a inclusão.

A inclusão de disciplinas obrigatórias na grade do curso de Pedagogia, como Educação Inclusiva e Libras, é recente e os professores formados anteriormente a esta mudança se sentem perdidos com relação a esta nova realidade. Outras mudanças precisam ocorrer, como a inclusão de noções de Braille e de estágios nesta área. Na Unissau os estágios em Educação Inclusiva e Especial são uma realidade, mostrando que a Faculdade está à frente da maioria que ainda não despertou para esta necessidade. Os projetos de extensão desenvolvidos pela professora Kátia Regina Lopes Costa também estão preparando futuros profissionais que, com certeza, irão atuar na área da inclusão com mais segurança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa foi constatado que os professores no seu processo de formação não têm acesso ao conhecimento e a aprendizagem do Braille, logo esse instrumento de suma importância para educação do cego que é considerado por muitos



teóricos como principal via de condução que leva esse público ao saber ler e escrever, podendo assim ser alfabetizado.

Ser alfabetizado em braille é ter a possibilidade de ser um sujeito que possa conquistar sua emancipação social vindo ao alcance de tudo, inclusive do seu emprego, do seu curso universitário e das demais coisas que lhe são necessárias para que vivam plenamente sua cidadania.

Ter autonomia, não ser dependente de ninguém, é uma questão de dignidade. Mas isto só será conquistado de forma plena se o docente que está em sala de aula regular também souber dar o suporte, ao menos inicial, com relação ao Braille. Para que a pessoa com deficiência visual tenha uma aprendizagem com mais eficácia, é essencial que o educador titular saiba nem que seja o mínimo de conhecimento do sistema Braille.

O ideal é a inserção de noções de Braille nas grades curriculares das licenciaturas, da mesma forma que ocorreu com a LIBRAS, podendo assim incluir o deficiente visual no cotidiano da sala de aula, fazendo com que participem das aulas com todo vigor que o Braille fornece ou cego quando esse o conhece e tem o professor para lhe dar auxílio nas aulas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos cegos e alunos baixa visão** / coordenação geral: SEEPS/ MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Disponível: <http://www.deficienciavisual.pt/x-txtSaberes%20e%20Praticas%20Inclusao-competencias.pdf>. Acesso: 21/12/2017

BRASIL. **A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

COSTA, Kátia Regina Lopes. **Caminhos da inclusão: de onde viemos e para onde vamos?** IV Colóquio Internacional Educação e contemporaneidade ISSN 1982-3657. Laranjeiras- SE, 2010.

CHAGAS, Patrícia Monteiro Lima. **O método Braille e o Deficiente Visual: Em Busca de um Novo Caminho para o ato de ler e escrever**. UFERJ, 2011. VI Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores de Educação Especial ISSN 2175-960 x- 27652775. Londrina-PR, 2011.



CUNHA, M dos S; SOUZA, R de S. **Sistema braille, tecnologias digitais e a inclusão social do aluno com cegueira.** IN: SOUZA, R. C. (ORG) *Diferentes olhares, um mesmo foco: educação*, 2011. p. 183-197.

LEMONS, E. R; CERQUEIRA, J. B. **O sistema Braille no Brasil.** IN: Revista Benjamin Constante. (ORG). Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:[http://www.ibr.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin\\_constant/2014/edicao\\_especial\\_nov\\_2014/BConst\\_edEsp2014\\_final.pdf](http://www.ibr.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2014/edicao_especial_nov_2014/BConst_edEsp2014_final.pdf) Acesso; 16/11/2017.

MENDES, Alessandro A.; COSTA, Kátia R. L. . **Educação Inclusiva e Suas Bases Legais.** Revista da ESMESE , v. 3, 2009. p. 109-120.

PRADO, Niraildes Machado. **A inclusão e a formação do professor.**IN: SOUZA, R. de C. S. (ORG) *Diferentes olhares, um mesmo foco: educação.* Aracaju: Editora criações, 2011, p. 153-160.

SANTOS. Miralva Jesus de. **A escolarização do aluno com deficiência visual e sua experiência educacional.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação. Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, 2007. Disponível em:  
em:<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10613/1/Miralva%20dos%20Santos.pdf>. Acesso: 15/11/2017

SILVA, Fausto Joaquim Moreira da. **A era da pós-deficiência.** Aracaju: Criação, 2014.

SOUZA. Andréa Poletto. **Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sócio digital de PNEs.** Bento Gonçalves, 2013. Disponível em:  
<http://cta.ifrs.edu.br/files/doc/83caa38ba1f037f639959a9e6cea601a.pdf> 11/12/2017

SOUZA, R. de C. S; CUNHA, M. dos S; SANTOS, C. S; ARAUJO, G. G. **Sistema Braille: um instrumento para inclusão da pessoa com cegueira.** In: SOUZA, R. de C. S. (ORG). *Educação inclusiva e Deficiência Visual.* Aracaju: editora Criação, 2012, p.53-66.